



ENTRE O LOCAL E O NACIONAL: UMA REFLEXÃO SOBRE ÉTICAS DE PERTENCIMENTO E IDENTIDADES SOCIAIS

Márcia de Almeida Gonçalves¹

“Uma cidade, um campo, de longe são uma cidade e um campo, mas à medida que nos aproximamos são casas, árvores, telhas, folhas, capins, formigas, pernas de formigas, até o infinito. Tudo isso está envolto no nome campo.”

Blaise Pascal

Em tempos cada vez mais marcados por percepções que apontam para uma supressão de fronteiras culturais entre sociedades e regiões, nos parece pertinente enveredar pela discussão tópica acerca dos antagonismos e/ou interdependências entre os conceitos de história local e história nacional.

O tema tornou-se relevante em função de impasses gerados no encaminhamento de pesquisas sobre a história de São Gonçalo², município fluminense, aliás o terceiro mais populoso do Estado, situado no que alguns nomearam de banda oriental da Baía de Guanabara, ou simplesmente, *Bandas do Além*.

Envolvidos que estávamos com o levantamento e a classificação de vestígios documentais sobre a história do povoado, da freguesia, do distrito, por fim do município, preocupados com a elaboração de narrativas históricas atualizadoras dos debates acadêmicos e deslocadoras das máximas de uma historiografia didática, nos deparamos com a necessidade de promover escolhas e recortes conceituais sobre o que se convencionou chamar de local. Este recorte tornou-se então um eixo catalizador de nossa perspectiva de análise sobre as histórias dos que viveram em terras gonçalenses.

Assim é que, e este é um dos nossos primeiros pressupostos, nossa maneira de circunscrever a história local deriva de uma experiência de pesquisa e, por conseguinte, de uma trajetória onde as resoluções metodológicas delinearam os mapeamentos conceituais, lapidando-os pelos usos e abusos da prática de se produzir algum conhecimento. Em síntese, nossa circunscrição no campo da história local realizou-se de forma experimental, o que por seu turno nos deixa muito à vontade na apresentação de conclusões parciais e abertas à troca com outras experiências de pesquisa.

Esse caráter experimental foi também derivado de um diálogo com autores formalmente classificados como protagonistas da *Micro-história* – Carlo Ginzburg³, Giovanni Levi⁴ – e tantos outros que, no papel de críticos dessas proposições, tornaram-se interlocutores privilegiados e esclarecedores dos sintomas historiográficos⁵ associados à problematização do micro como locus fundador de uma narrativa histórica.

Nesse ponto um segundo pressuposto passou a figurar como o grande imperativo de organização de nossas balizas conceituais: a perspectiva, caracterizada pelos interlocutores e críticos da *Micro-história*, de que a eleição do micro se estabelece por meio de uma **escala de observação**⁶ elaborada, entre tantas outras montagens realizadas pelo historiador ao inventar e inventariar fatos históricos, na busca de efeitos de conhecimento. Mais do que em qualquer outra técnica, a cartografia assentou-se sobre a produção de saberes nos quais se explicitavam a total dependência dos instrumentos criados para a apreensão cognitiva do espaço, nas suas diversas dimensões.

No caso das escolhas procedidas pelo historiador, a explicitação epistemológica de seus procedimentos teóricos e metodológicos tornou-se, em tempos hodiernos, um caminho de garantia das mazelas e paradoxos de seu ofício. É, nesses termos, por um lado, que o uso do conceito de **escala de observação** adquire significação ao viabilizar a construção de uma abordagem requalificadora de adjetivos – nacional, regional, local, individual, macrossocial, microssocial - há muito empregados pelos que gostam de contar histórias.

Guardando as devidas diferenças, o trabalho do historiador poderia ser apresentado como uma espécie de cartografia do social. A imagem pode ser já um tanto desgastada, mas nos serve. Nesse papel, o espaço a ser conhecido teria fronteiras largas, fluídas e móveis: o social. Precisar as fronteiras dos inúmeros espaços sociais nos quais os sujeitos históricos protagonizam seus dramas e misérias humanas é, no nosso ponto de vista, uma das tarefas fundamentais do historiador, e pode vir a ser balizada pela escolha de uma **escala de observação**, desde que a mesma esteja subordinada a um

determinado efeito de conhecimento perseguido pelo investigador.

Julgamos que a essa altura um outro esclarecimento se torna necessário, a saber: o que compreendemos por efeito de conhecimento. De forma tópica, um efeito de conhecimento seria como a fotografia a ser produzida. A imagem é proposital, posto que o fotógrafo, a sua maneira, entre a técnica e arte, enquadra e pereniza percepções de espaços variados sobre o papel. O que ele por ventura registra se prende às suas intencionalidades e se materializa na foto que veio a ser tirada, o efeito final alcançado. Aqui um encontro possível, posto que ao esquadrihar vestígios de experiências passadas, o historiador as elabora, sob intencionalidades diversas, como um efeito cognitivo, um algo a dizer, sob a forma de uma narrativa, que nos aproxima e nos afasta desse outro que se quis conhecer.

Ao delimitar os espaços sociais de sujeitos e coletividades, ao circunscrever efeitos de conhecimento próprios, o conceito de **escala de observação** nos insere no entendimento de que *uma fronteira não é o ponto onde algo termina, mas, como os gregos reconheceram, a fronteira é o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente*⁷.

Ao elegermos o local como perspectiva de abordagem para as histórias de São Gonçalo estabelecemos um recorte, uma fronteira onde algo começou a se fazer presente: sociabilidades diversas, em temporalidades e territorialidades variadas, passaram a ganhar forma, retratadas que eram na busca de outros efeitos de conhecimento.

Nesse ponto de nossa reflexão uma interrogação se faz necessária. Em que medida a eleição do local, sob a ênfase da valorização das escalas microscópicas de abordagem das relações sociais, se antagoniza ou desqualifica escolhas centradas em perspectivas macroscópicas, como as classicamente delegadas às histórias da nação?

A resposta para essa questão nos encaminha por um lado para o deslocamento da noção de história nacional, e por outro nos remete a discussão de outros conceitos fundamentais para o ofício do historiador, são eles: memória e identidade.

Segundo Benedict Anderson, a nação pode ser compreendida como uma comunidade imaginada⁸, construída enquanto categoria central de tantas narrativas históricas oitocentistas fundadoras de identidades, cuja circunscrição e reprodução figuraram como garantias supremas de que poderíamos denominar de processo de naturalização das entidades nacionais, sob a unidade tripartida do Estado, do Território e do Povo.

Seguindo as ponderações de Ernest Renan⁹, toda unidade nacional, entendida como ética de partilha de valores culturais, foi construída brutalmente, e na dependência direta da sedimentação de esquecimentos e lembranças atualizados pela escrita da história. Na tríade história-memória-identidade, a chave de compreensão e de deslocamento da escala da nação como categoria privilegiada das produções historiográficas acadêmicas e didáticas. Uma chave que nos permite responder a interrogação anteriormente proposta, asseverando que não existe antagonismo entre abordagens micro e macrosociais sob os recortes do local e do nacional, mas sim complementaridades, fundamentais, no nosso ponto de vista, para a formalização de críticas às diversas éticas de pertencimento que regem nossas inserções existenciais.

Em tempos de globalizações e mundializações, onde fronteiras culturais cada vez mais se deslocam numa vertiginosa circulação de idéias, valores, práticas e comportamentos, nos parece relevante focar as análises sobre as relações entre o local e o nacional como um dos caminhos de esquadrihamento das identidades sociais.

Nesse ponto o conceito de escala de observação retorna com todas as suas possibilidades de aplicação e nos faz mais uma vez dialogar com os interlocutores da Micro-história:

*(...) não existe portanto hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrosociais: é (...) uma versão diferente.*¹⁰

Nesses termos, podemos concluir que a ênfase sobre a história local não se opõe às histórias nacionais. O recorte sobre a história local apenas designa uma delimitação temática mais ou menos inclusiva, em função das redes de interdependência e sociabilidade entre determinados atores, no espaço social escolhido.

A eleição da história local não diminui ou reduz ou simplifica o número de aspectos, variantes e

interferentes de uma trama social. No recorte priorizador do local, cada detalhe mais ou menos aparente pode adquirir significação própria, o que não ocorre em uma abordagem centrada em planos mais macroscópicos de análise.

As análises sobre história local permitem redimensionar a aparente dicotomia entre centro/periferia, deslocando tais categorias por intermédio da noção de rede e dos jogos de negociação, apropriação e circulação que informam as relações entre grupos e indivíduos, em especial, no campo das micropolíticas do cotidiano.

Nas nossas atividades de pesquisa acerca das histórias dos que viveram e vivem em terras gonçalenses a tematização do local nos tem proporcionado a elaboração de outros efeitos de conhecimento acerca, entre outros aspectos, dos imbricados processos de construção das identidades sociais. Nas redes de inclusão que a escala de observação sobre o local viabiliza enquadrar nos deparamos, em função da montagem de exposição fotográfica¹¹, com um variado acervo de imagens referido a registros de uma memória escolar.

Nesse conjunto, muitas são as fotos de grupos escolares, de normalistas, de estudantes em forma, crianças em sala de aula, uma variedade de vestígios que, mesmo desordenados e espalhados por temporalidades descontínuas, sensibilizam os olhares e nos remetem a algum exercício de rememoração.

No trato com esses materiais, a verificação de que as imagens de alunos e mestres, em flashes do cotidiano das práticas da educação escolar gonçalense, entre as décadas de 1910 e 1950, bem poderiam ser confundidas com as de outros cantos desse país chamado de Brasil.

Essa confusão aparente não foi por nós interpretada como um problema, mas como o sintoma de que a escola, como espaço de sociabilidade e de circulação de éticas cristalizadores de identidades coletivas, é, por excelência um *locus* privilegiado para a análise de cruzamentos e complementaridades entre valores universais e locais.

A título de ilustração, incorporamos uma única imagem, que pelos simbolismos exemplifica em parte a discussão que aqui esboçamos acerca das complementaridades entre os recortes de história local e da história nacional como campos de sedimentação de identidades coletivas.



Retratção da estudante um jogo precioso de representações em dois planos que compõem a cena. No primeiro deles, a estudante (talvez uma normalista) que promove a criação de uma imagem: a pintura da caravela que desbrava mares e ruma talvez para terras desconhecidas; no plano de fundo, o mapa da América, no detalhe das fronteiras entre Brasil e Paraguai. As leituras sobre esta foto poderiam ser variadas. A nós ela justamente sugere uma sobreposição entre identidades, onde o local e o nacional se complementam na perspectiva de uma dupla descoberta.

¹ Professora Assistente do Departamento de História do IFCH/UERJ e do Departamento de Ciências Humanas da FFP/UERJ.

Professora Agregada do Departamento de História da PUC-RJ.

Doutoranda do Programa de Pós-graduação da FFLCH/USP, área de História Social.

² Os trabalhos sobre história de São Gonçalo são desenvolvidos no Laboratório de Pesquisa Histórica do Departamento de Ciências Humanas da FFP/UERJ em colaboração com os professores Luís Reznik e Haydeé da Graça Figueiredo.

³ Carlo Ginzburg. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa, DIFEL, 1989.

⁴ Giovanni Levi. "Sobre a micro-história". In Peter Burke(org). *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo, Editora da UNESP, 1992, pp. 133-162.

⁵ Ver, em especial, Jacques Revel. "Microanálise e construção do social". In *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.16.

⁶ Bernard Lepetit. "Sobre a escala na história". In Jacques Revel (org.). *Jogos de escala. A experiência da microanálise*. Op. cit., pp. 77-102. Maurizio Gribaudi. "Escala, pertinência, configuração". In Jacques Revel (org.). *Op. cit.*, pp.121-150.

⁷ Martin Heidegger. "Building, Dwelling, Thinking". Apud Homi K. Bhabha. *O local da cultura*. Belo Horizonte, Ed da UFMG, 1998, p. 19.

⁸ Benedict Anderson. *Imagined Communities. Reflections on the origin and spread of nationalism*. Revised edition. London-New York, Verso, 1991.

⁹ Ernest Renan. "O que é uma nação?" In ROUANET, Maria Helena (org). *Nacionalidade em questão*. UERJ, Instituto de Letras, 1997. pp. 12-43 (Cadernos da Pós/Letras, nº 19)

¹⁰ Cf. Jacques Revel. "Microanálise e construção do social". *Op. cit.* p. 28.

¹¹ *Imagens de São Gonçalo. Fotografia e História*. Laboratório de pesquisa Histórica, DCH/DEDU. Departamento Cultural. SR3/UERJ. 2000. Catálogo da exposição.

¹² Retratção de estudante, s/d. Autor desconhecido. Acervo MEMOR.